

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RONALDO BASTOS PARAQUETT

O DRONE E A GUERRA REMOTA NO SÉCULO XXI:

A tomada de decisão sob influência da ruptura emocional e do desengajamento moral

Rio de Janeiro
2018

CC RONALDO BASTOS PARAQUETT

O DRONE E A GUERRA REMOTA NO SÉCULO XXI:

A tomada de decisão sob influência da ruptura emocional e do desengajamento moral

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Raphael Corrêa Silva

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

A minha amada esposa Andressa, por me mostrar a pertinência do tema, por todo apoio e suporte, sem os quais este trabalho, com certeza, não teria sido concluído. Divido com você mais esta conquista.

As minhas queridas filhas, Hannah, Pehtra e Yanina, como se não bastassem todas as alegrias com que me agradam, pela compreensão demonstrada nos momentos de ausência necessários aos compromissos acadêmicos. Amo vocês.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Raphael, pelos ensinamentos transmitidos ao longo da elaboração deste trabalho, pela paciência, bem como pela demonstração de comprometimento e orientações fundamentais que sobrepujaram o tema.

RESUMO

Os drones vigiam, estudam o inimigo à distância e se tornaram capazes de realizar ataques cirúrgicos com pouca destruição e efeitos colaterais reduzidos. No entanto, o comportamento dos operadores do sistema de Armas Remotamente Pilotada (ARP) podem ser influenciados pelo distanciamento físico da cena de guerra. Neste estudo, ao decidir pela eliminação do oponente, teorias comportamentais e os indivíduos são relativizados. O aumento no uso das ARP determinou o nicho de observação deste estudo: os Estados Unidos da América (EUA). O distanciamento físico e as interações sociotécnicas desses sistemas de mecanismos remotos podem promover o desengajamento moral capaz de interferir na tomada de decisão dos operadores de ARP? As bases teóricas do comportamento humano na guerra remota apontam que ela desconecta os seus envolvidos — física e emocionalmente — do campo de batalha, influenciando nos seus padrões atitudinais.

Palavras chaves: Drone. Aeronave Remotamente Pilotada. Guerra remota. Desengajamento moral. Desconexão emocional. Sistema sociotécnico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Interior de uma estação terrestre de controle de operação das ARP.....27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ARP - Aeronave Remotamente Pilotada
- CIA - Central Intelligence Agency - Agência Central de Inteligência
- CROWS - Common Remotely Operated Weapon Stations – Estações do Sistema de
Operação Remota de Armas
- DoD - Department of Defense – Departamento de Defesa (EUA)
- USAF - United States Air Force - Força Aérea dos EUA
- EUA - Estados Unidos da América
- EO - Eletro-Óptico
- ISR - Intelligence, Surveillance and Reconnaissance - Inteligência, Vigilância e
Reconhecimento
- IV - Infravermelho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	BASES TEÓRICAS DOS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS NA GUERRA VIRTUAL.....	10
2.1	O DISTANCIAMENTO FÍSICO E A DESCONEXÃO EMOCIONAL.....	10
2.2	A AMBIGUIDADE ENTRE A DISTÂNCIA E A PERCEPÇÃO EMOCIONAL.....	13
2.3	O PROCESSO DE DESENGAJAMENTO MORAL.....	14
2.4	MAIS QUE OS MONITORES E SEUS <i>PIXELS</i> : O <i>JOYSTICK</i> E OS BOTÕES.....	18
3	AS ARP E AS REALIDADES DO EXERCÍCIO DA GUERRA REMOTA.....	21
3.1	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ARP, SUAS APLICAÇÕES E USO.....	21
3.2	A ESTRUTURA DO SISTEMA.....	26
3.3	A OPERAÇÃO FOCADA NOS OPERADORES E PILOTOS.....	29
4	O CONSTRUCTO DO DESENGAJAMENTO MORAL COMO DETERMINANTE DE PADRÕES ATITUDINAIS.....	34
4.1	FUNDAMENTOS COMPORTAMENTAIS ESSENCIAIS.....	37
4.2	AS INTERAÇÕES SOCIOTÉCNICAS OFERECENDO JUSTIFICATIVA AO DESENGAJAMENTO MORAL.....	40
4.3	PERIGOS DO EUFEMISMO NA FORMAÇÃO DO JUÍZO EM COMBATE.....	41
4.4	A INTERAÇÃO ENTRE A DIFUSÃO DA RESPONSABILIDADE E A RUPTURA DA CONTINUIDADE DO ATO A SERVIÇO DA DESCONEXÃO EMOCIONAL.....	42
4.5	A DESUMANIZAÇÃO DO OUTRO COMO ARMA DE GUERRA.....	44
5	CONCLUSÃO.....	46

REFERÊNCIAS.....51**1 INTRODUÇÃO**

Os drones foram desenvolvidos com intuito de vigiar e estudar o inimigo à distância. No século XXI, tornaram-se capazes de realizar ataques cirúrgicos a partir do discurso de guerra rápida, com pouca destruição e efeitos colaterais. Todavia, o distanciamento físico, e as características desse sistema sociotécnico¹, podem influenciar o comportamento dos seus operadores (considerando todos os envolvidos) numa tomada de decisão. Em vista disso, o objetivo deste estudo é confrontar as teorias vigentes com os comportamentos dos operadores de sistemas de drones influenciados pelo apartamento físico e emocional no momento em que deliberam a eliminação do oponente.

O termo drone foi amplamente empregado na sua origem, e continua sendo usado até os dias atuais, mais especificamente, fazendo alusão ao seu emprego no meio civil. No campo militar, o termo coloquial é Aeronave Remotamente Pilotada²(ARP). Designação que aplicaremos daqui por diante.

O impulso para elaboração deste estudo surgiu ao observar o aumento vertiginoso no uso das ARP, alavancado pelo discurso de ínfimos efeitos colaterais, embora contraposto pelas relevantes 9400 mortes de 2002 a 2018 no Iêmen, Somália, Paquistão e Afeganistão, em que se apontam 1200 civis em média, afora aqueles identificados – pelo sistema – como potenciais insurgentes (THE BUREAU INVESTIGATIVE JORNALISM, 2018). Esse paradoxo pode ter correlação com o comportamento de quem opera esses veículos. Destarte, como nicho de observação, foram escolhidas para o estudo as ARP operadas pelos Estados

¹ Conceito filosófico detalhado no item 2.4 desta pesquisa

² Aeronave não tripulada, operada a partir de uma estação remota de pilotagem

Unidos da América (EUA), empregues amiúde nos conflitos contemporâneos e, conseqüentemente, a gama de operadores atuantes nesta estrutura sociotécnica, ponto focal desta análise. A seguinte questão se apresenta: o distanciamento físico e as variáveis na interação sociotécnica dos sistemas remotos de comando e controle, como mecanismos de desengajamento moral, podem interferir na tomada de decisão dos operadores de ARP? Para dirimi-la assumiremos a hipótese em que a atuação simultânea desses aparatos interage definitivamente no juízo situacional ao eliminar o inimigo.

Esta dissertação é norteada por um desenho de pesquisa que percorre cinco capítulos: desde os levantamentos bibliográficos às análises de relatos, inferindo, ainda os referenciais históricos, além das teorias comportamentais da atualidade. São cinco capítulos: este primeiro, um prelúdio aos impactos psicológicos nas ações aéreas modernas. O segundo capítulo apresentará, com ênfase em autores como Chamayou, Bandura, Gregory, Grossman e Royakkers, as bases teóricas do comportamento humano na guerra remota — combatida à distância —, que desconecta os seus envolvidos — física e emocionalmente — do campo de batalha, influenciando nos seus padrões atitudinais.

A evolução das doutrinas estratégicas militares, dos conceitos operacionais, e das novas tecnologias de vigilância e investigação são o foco do capítulo três. As guerras do Iraque, Paquistão, Iêmen, Somália e Afeganistão impulsionaram o emprego das aeronaves remotamente pilotadas. Durante esse período, as gerações norte-americanas de ARP de ataque surgiram para atender as situações de relevante distanciamento de alvos, buscando manter precisão, rapidez e a intensidade das ações, mas reduzindo a probabilidade de efeitos colaterais. Nesse tocante, trataremos da estrutura desses sistemas remotos de comando e controle. Dispondo de depoimentos de ex-comandantes e operadores, como ilustração da problemática e guia das correlações conclusivas.

Propondo os vieses redundantes no comportamento dos operadores do sistema sociotécnico das ARP, e a argumentação subsidiária à análise da ação do desengajamento moral, o capítulo quatro revisa à bibliografia, aprofundando nos aspectos essenciais que despertaram o interesse de notórios pesquisadores. Com base nos relatos deles, e percorrendo todos os instrumentos por eles apontados, construímos nossa conclusão.

Assim, convencidos da pertinência e da relevância do tema, e do recorte dado, colocamos à reflexão uma fenomenologia que ainda há de determinar os rumos, e os resultados dos conflitos bélicos em nosso tempo.

2 BASES TEÓRICAS DOS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS NA GUERRA VIRTUAL

A curva histórica do poder destrutivo dos instrumentos de guerra atinge seu ápice com as armas nucleares. A cultura ocidental se legitima conseqüentemente, pela busca de superioridade tecnológica que se materializa em armamentos que distanciam, cada vez mais, os beligerantes do combate “cara a cara”, sem onerar a sua precisão ou eficiência. Conseguindo a esse espaço, promovido por tais recursos, além da desejada manutenção da integridade física do combatente, propõem-se a ruptura emocional da realidade em relação ao ato pernicioso; afastamento tal que redundará numa relevante indiferença quanto ao uso da força (KEEGAN, 2006, p. 120). Essa desconexão pode ser traduzida no que é chamado, por alguns teóricos, de desengajamento moral: onde, em dado cenário, permite-se uma atuação desumana quando o indivíduo se dicotomiza do comportamento danoso e desempenha suas tarefas do contexto à revelia dos desdobramentos éticos.

As novas tecnologias, em Realidade Aumentada, ou Máquinas de Visão, permitem a atuação real em ambiente virtual. Uma ação efetiva sem a presença física, via monitor, contribuindo para uma percepção emocionalmente deturpada dos alvos através do referido fenômeno do desengajamento moral.

2.1 O DISTANCIAMENTO FÍSICO E A DESCONEXÃO EMOCIONAL

Nos ambientes em conflito, a distância do inimigo sempre foi associada a uma condição de proteção. É notória a busca por inovações que garantam causar os maiores danos

com o menor risco possível. A lança, a besta, a espingarda, o canhão, o avião, o míssil de cruzeiro, o *sniper* são exemplos de artifícios/práticas desenvolvidos com tal fim, e que geraram sentimentos de hostilidade, injustiça e ódio nos inimigos que não intuía estas capacidades (TRSEK, 2008, p. 45-56).

Dave Grossman teoriza vincular o espaçamento físico a uma imunidade psicológica concluindo que a conexão determinada pela distância física com o oponente é intrínseca à comoção resultante da morte dele. Desse modo, a desconexão física dos acontecimentos impõe uma alienação da natureza do horror da guerra (GROSSMAN, 1996).

Os bombardeios nucleares sobre o Japão, na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), exemplificam a situação em lide: o distanciamento do inimigo pode tornar palatável o sofrimento e destruição infligidos, que, de maneira diametralmente oposta, não o seriam capazes (GROSSMAN, 1996, p. 102). Nesse sentido, enfrenta-se uma tendência histórica de diminuição da resistência a matar à medida que a distância entre combatentes aumenta. Tanto mais distante o adversário estiver, mais fácil se torna aniquilá-lo. Contudo, nos conflitos armados, por exemplo, referencia-se que a resistência ética a impor mortes através do bombardeamento aéreo (a 20.000 ft) ou em exercícios da artilharia (situados a 2 km de distância do alvo) é mínima (GROSSMAN; CHRISTENSEN, 2008, p. 203).

A despersonalização do alvo favorece o emprego de armamento, tornando o combate altamente impessoal, enfatizando o aspecto atinente às distâncias. O indivíduo busca nas ferramentas o modo de transpor seus limites físicos ao nível da força, da distância e da proteção. Portanto, o *modus operandi* — determinado pelo tipo das armas utilizadas — desempenha papel capital no sentido de ultrapassar a resistência psicológica a matar o outro.

Registre-se e ressalte-se que o léxico — evidenciado também nas artes, haja vista os retratos e atuações em filmes de guerra — aponta para a naturalidade quando observamos a morte provocada por combates aéreos. Sentimento geometricamente distinto se um soldado se

envolve em baixas nas contendas por terra (GROSSMAN, 2008, p. 312). Enquanto a derrubada de uma aeronave, por um piloto de caça, é festejada por ele e pelos seus companheiros, garantindo um lugar na história, os danos promovidos no corpo a corpo raramente são reverenciados

Tão usual, quanto atualmente, a guerra remota se utiliza de todos os expedientes já descritos em imagens de alta definição num monitor de computador, em algum lugar longínquo do impacto da bomba. Esse tipo de operação desconecta os seus envolvidos, física e emocionalmente, como num “telecombate”, semelhante a um videogame, esta peculiaridade muda o processo de tomada de decisão, interferindo nos princípios da moralidade e da humanidade, ambos anteriores à decisão de matar um oponente. Essa compreensão da realidade longínqua, mediada pela tecnologia, induz a uma consciência situacional diferenciada que evidencia as questões acerca do impacto da distância na eficiência na tomada de decisões morais (SULLINS, 2009).

Evidente que comparar, isoladamente, a guerra remota ao videogame pode ser considerado impertinente. É convenção a visão do “ser poderoso” na figura do jogador que — como estratégia para a garantia de vitória — se arrisca em ações limiaramente violentas, dada as prerrogativas do mundo virtual. Porquanto, a insistente convivência com a guerra remota pode induzir seu protagonista a uma forma de imunidade à morte (SINGER, 2009c, p. 42). Esse pressuposto infere que a ausência de contato físico com o adversário, facilita a atuação de matá-lo.

A morte em combate foi ritualizada ao longo da história. Assome-se a isto, a correlação entre o efeito psicológico das consequências de suas ações com o intervalo entre os opostos envolvidos. Num confronto à curta distância, especialmente, o medo ante a iminência de ser morto, dada a aproximação, é que altera o modo como os contrários agem. Um conceito pessoal e introjetado acerca da morte é determinante na modificação do comportamento do

indivíduo, sendo a maneira como cada um dos soldados processa aquele sentimento que influenciará o processo de tomada de decisão, assim qual, a razão da distância (GROSSMAN, 2008, p. 204).

Os custos humanos de uma guerra tornam seu emprego política e publicamente incompreensíveis. Clausewitz idealiza sobre o fato da guerra ser um confronto físico com derramamento de sangue, o que a torna diferente de qualquer outro conflito (CLAUSEWITZ, 1989, p. 75-149). Todavia, com o advento — e sequente fortalecimento — da guerra remota, não há suporte para tal convicção. A ação puramente virtual ostenta a eliminação do risco e do medo que encerravam, à luz do teórico general alemão, o perigo físico que definira a natureza do conflito.

2.2 A AMBIGUIDADE NA RAZÃO ENTRE A DISTÂNCIA E A PERCEPÇÃO EMOCIONAL

O incremento tecnológico na transmissão de vídeo em tempo real numa guerra aérea remota distorce os efeitos da distância entre os antagonistas — operador e piloto, de um lado e alvo, no outro — influenciando risco de danos a serem causados, inclusive, aos não combatentes.

Atributo dos videogames, a visão privilegiada (em imagem e vídeo) confere uma sensação de proximidade com os acontecimentos numa perspectiva maior que o contato instantâneo de um piloto (que bombardeia e abandona a área rapidamente). Ainda que distante, fisicamente, do alvo, o monitor apresenta além da destruição compulsória, os níveis diferenciados de proximidade e de precisão do cenário, somados a sequência de fatos componentes dos eventos; incrementando exponencialmente a percepção das variáveis no terreno (DEREK GREGORY, 2011).

A dessensibilização à morte originada pela longinquidade da área de ação é reiterada, contraditoriamente, pelos efeitos de aproximação dos eventos que a tela promove. A guerra se desenrola lá no front, além de simultaneamente aqui no vídeo. Diversidade estimulante de uma exacerbada e, possivelmente, equivocada personalização do combate. Assim, essa dicotomia conceitual da distância, que separa fisicamente o operador, ao passo que o absorve psicologicamente na contenda, será capaz de precipitar o uso da força contra quem esteja em confronto, ou próximo dos coligados, estendendo a ameaça das devastações paralelas.

Com o intuito de diminuir as barreiras ao combate, tanto pela sociedade, quanto pela imposição do próprio adversário, a dessensibilização à morte também pode ser causada pela desumanização do inimigo. Fator comum na guerra. A demonização é a maneira mais corrente de descaracterizar o opositor (ou caracterizá-lo conforme sua conveniência); tornando a hostilidade mais concebível. Essa desconexão moral predispõe à execução de atos violentos que, noutra instância, não seriam considerados nem aceitáveis (BANDURA, 2004, p. 135-137).

Um ambiente de combate remoto propicia a desumanização do inimigo que, encadeada à dessensibilização à morte, resulta num provável aumento na ocorrência de comportamentos imorais. O ingresso nesse ambiente fluidifica as diferenças entre um jogo de videogame e a realidade, confundindo o virtual com o real, instigando um distanciamento físico e emocional dos seus atos, sobretudo a desumanização de quem o opera, sem responsabilidade moral, ou imputação de culpa pelas suas ações (ROYAKKERS; Est, 2010, p. 293).

2.3 O PROCESSO DE DESENGAJAMENTO MORAL

Desde que as ARP adquiriram a capacidade de eliminar alvos, tem-se buscado compreender a experiência dos operadores nas estações de controle. Assim, o objetivo deste

subcapítulo é expor as formas de agenciamento³ que podem favorecer o desengajamento moral. Mais precisamente, uma desconexão emocional na interação entre os operadores e as suas ARP. Uma característica importante no *Human Agency* está na intencionalidade: é mister distinguir a diferença entre a ação pessoal efetiva e os efeitos, as consequências, que se desencadeiam daquele curso produzido pelas ações escolhidas.

Davidson enfatiza que ações realizadas para alcançar determinados efeitos desejados podem causar outras consequências, que não estão vinculadas ao propósito almejado (DAVIDSON, 1971 apud Bandura, 1997, p. 3). O psicólogo Albert Bandura ilumina a questão mencionando que os efeitos (consequências ou resultados) não são as características dos atos “agentivos”, mas sim frutos, produtos deles (BANDURA, 1997). Esse *agency* refere-se aos atos produzidos intencionalmente, destacando, portanto, características como a autonomia, a volição e a responsabilidade. E não aos possíveis desdobramentos a que possam alcançar.

Bandura considera que o desengajamento moral é um dispositivo, pelo qual, as autossanções morais são ativadas ou apartadas do comportamento danoso de matar. Esse comportamento em determinadas situações, permite agir de modo desumano. Ele acredita que os indivíduos são capazes de controlar as suas atitudes, julgando-as em relação aos seus padrões morais. Ele ainda cita que habitualmente, as pessoas buscam realizar aquilo que lhes conferem satisfação, refletindo “paripassu” o que poderia violar os seus paradigmas éticos, evitando o sentimento de culpa (BANDURA, 2010, p. 102).

Ainda ancorado em Bandura, o agenciamento moral (anteriormente chamado de *Human Agency*) pode prevenir o comportamento inumano, ou estimular o comportamento humano, uma vez que é imerso em mecanismos afetivos autorreguladores, que variam de acordo com paradigmas pessoais ligados a autossanções. Os dispositivos de autocrítica que

³ Consiste no gerenciamento que cada indivíduo faz acerca de suas ações. Cada um de nós pode fazer, por meio dos nossos atos, com que as coisas aconteçam a partir de um envolvimento proativo em nosso próprio desenvolvimento. Essa agência humana pode ser individual, coletiva ou delegada (BANDURA, 2008).

controlam a conduta não vêm à tona somente quando ativados por gatilhos psicossociais (cujas autopunições morais são seletivamente desengajadas do comportamento inumano). Desta forma, segundo ele, quando somos expostos a situações que nos obrigam a nos portarmos contra nossos padrões éticos, como por exemplo, insultar, agredir ou até matar uma pessoa, os aparatos autoreguladores seriam acionados nos alertando que essas ações não nos satisfariam, além de gerar o sentimento de culpa (BANDURA, 2010).

O mecanismo da autorregulação por meio do qual a agência moral é exercida tem especial relevância no autogerenciamento do comportamento transgressivo (BANDURA 1991, 2002, 2006). Ele tem dois aspectos – um inibitório e um proativo (BANDURA, 1999). A forma inibitória manifesta-se na capacidade de frear ações desumanas. A forma proativa de moralidade se expressa na capacidade de agir de forma humana (BANDURA, 2001, 2002).

Bandura ressalta que um dos mecanismos de maior capacidade em permitir o desengajamento moral, além da demonização anteriormente referida, seria a desumanização das vítimas. A visualização noturna, em infravermelho (IV), ilustra a redução figurativa origem do que podemos chamar de “eufemismos visuais”: uma diminuição significativa da acuidade do operador, capaz de comprometer inexoravelmente sua capacidade de análise, mesmo ante a ilusão de aproximação, ou penetração privilegiada. O reducionismo do objeto/evento observado extrapola nessa forma de visualização fragmentária. A isenção sensorial, na ausência dos matizes de som, temperaturas e odores, abrevia a experiência de combate em algo segmentado, articulando o desengajamento pela percepção minimizada, ou desconstruída, das sequelas dos feitos (BANDURA, 2010).

Baseado na ideia de que a linguagem (sendo, uma delas, a visual) condiciona os padrões de pensamento nos quais as ações são baseadas, uma linguagem eufemística, por exemplo, tem a capacidade de tornar uma conduta danosa em algo respeitável; reduzindo a responsabilidade pessoal sobre ela: “Eufemismo é uma arma prejudicial. As pessoas se comportam de maneira muito mais cruel quando as ações agressivas recebem um rótulo imaculado do que quando são chamadas de hostil” (BANDURA, 2010, p. 104).

Destarte, o decurso de desengajamento moral é cognitivo. Retém o raciocínio moral conectado a ação moral, orquestrados social e tecnicamente. Contudo, mesmo em situações que violem os padrões morais do indivíduo, a persistência de atitudes cruéis – elencadas pelos engenhos autoreguladores –, é elucidada com justificativas impostas pelo contexto que inibem os gatilhos éticos. Logo, o ente moralmente desengajado não sente culpa diante de algum ato danoso fruto dessa maquinaria.

Grossman crê que a resistência a matar decorre de uma forte fusão de fatores instintivos, racionais, culturais e sociais, garantindo inclusive que a ponderação pode ser tão intensa que, em determinadas conjunturas, o indivíduo prefira ser morto a matar. Apoiado por dados históricos e estudos médicos, ele propõe o “distanciamento mecânico” em que preconiza um afastamento emocional manifestado em relação às vítimas devido a intermediação gráfica (visões noturnas, escópicas, termais) que, além do distanciamento físico e moral, são capazes de romper a prevenção contra matar (GROSSMAN 2009).

Dessa forma, o desengajamento moral pode afigurar-se maligno ou benigno, patente na postura do guerreador. Quando o sistema dispara toda sua habilidade de minimização do outro, emerge o repressor; calcado em alegações doutrinárias, linguagem (inclusive visual) sanitizante e comparação social exonerável de efeitos perniciosos. Assim, a (premeditada, ou induzida) ignorância e a interpretação tendenciosa das informações visuais laureiam o alheamento dos efeitos nocivos da ação ao ápice da desumanização, onde cabe até atribuição de culpa às vítimas.

2.4 ALGO MAIS QUE SOMENTE OS MONITORES E SEUS *PIXELS*: O *JOYSTICK* E OS BOTÕES

Simplificar o pensamento, inferindo que os monitores de interface entre o operador e a situação real estariam aptos a instalar o desengajamento moral, é desconsiderar que as ferramentas de controle e de acionamento dos disparos (*joysticks* e botões) seriam capazes de produzir o reiterado fenômeno de efeito devastador, cruel e que gera sofrimento humano desnecessário.

A perspectiva sistêmica, surgida em 1949, sociotécnica, propunha a ruptura dos sistemas fechados, em que os atores eram obrigados a se adaptar às condições eles impostas. A partir do conceito sociotécnico, passou-se a focar a interação e o inter-relacionamento das dimensões técnicas e humanas no trabalho (BOWDITCH e BUONO, 1992).

O sistema sociotécnico que estrutura a guerra aérea remota é composto por dois subsistemas: O técnico e o social. O subsistema técnico corresponde às tarefas a serem realizadas e as condições técnicas para a sua realização, envolvendo o ambiente de trabalho (instalações, equipamentos, ferramentas, procedimentos e normas operacionais). É, assim sendo, responsável pela eficiência potencial. O subsistema social refere-se às características gerais e relações sociais daqueles encarregados da execução da tarefa, os que transformam a eficiência potencial em efetividade.

Destarte, é natural inferir que um sistema sociotécnico considere as partes componentes, a estrutura relacional e as funções de todos os envolvidos. Seguiremos com algumas teorias que nos permitirão analisar se o sistema sociotécnico da cadeia de comando e controle propicia o desengajamento moral nos operadores/pilotos durante o emprego das ARP.

O argumento de Royakkers e Rinie sugere que as condições sociotécnicas favorecem a desumanização do inimigo, confirmando que o desengajamento moral dos combatentes se baseia no “*photoshopping the war*”⁴ e na aceleração do processo decisório.

Para os guerreiros de cubículo, o contexto de tomada de decisão diferencia-se fortemente daquele dos soldados em combate. Guerreiros de cubículo operam por detrás de telas de computadores, fisicamente distantes dos campos de batalha. Isso significa que eles estão salvos em um sentido físico; eles não podem ser feridos. Como uma consequência, guerreiros de cubículo não sente medo algum (ROYAKKERS e VAN Est, 2010, p. 291).

O sistema sociotécnico da ARP convida para sua compreensão como uma ruptura da unidade experiencial do ato, onde as relações (física ou espacial) entre a ação e suas consequências, intervêm na percepção do ato: pois, num apertar de botões e movimentos de joystick a frente de um monitor, se mata um indivíduo (CHAMAYOU, 2013, p. 168).

Para Chamayou, a distância física entre o alvo e o agressor preserva, ainda, um elemento psicológico, já que matar à distância é menos repulsivo do que face a face, que reduz resistência a matar. Posto que a imagem nos monitores, ou teledetectada, substitui a visão enquanto permite distinguir a distância espacial, e as presenças físicas. Essa é a mais próxima que os *pixels* do monitor, ou as condições de geração de imagem, permitem discriminar. Enquanto as demais são potencialmente alijadas (CHAMAYOU, 2013).

A proximidade virtual que, casualmente, poderia afetar o emocional do agressor é neutralizada pelas demais variáveis relativas à imagem, tais como ângulo e condições de luminosidade. Estas variáveis, mesmo que retratem com perfeição a mira, a transmissão não lhe confere acurácia o suficiente para identificar faces (CHAMAYOU, 2015, p. 133). Assim, reiterando o teorizado, o desengajamento moral como capacidade de desconectar-se de suas próprias ações, de maneira a impedir uma reflexão sobre a violência delas, torna-se uma virtude de quem opera (CHAMAYOU, 2015, p. 139).

⁴ Expressão usada pelos autores, e assimilada pelo vocabulário operacional, e se remete à criação direcionada de imagens a partir das informações que o sistema apreende.

Chamayou esclarece que, com as ARP, não há mais unidade no desempenho do ato. Destarte, para que esta característica seja resgatada, busca-se um trabalho mental de reunificação e de síntese reflexiva. O rompimento da unidade experiencial numa cadeia de ações nos leva ao desengajamento moral ao delegar cada uma das etapas a um elo distinto: identificar, marcar o alvo e direcionar os mísseis, cabem ao operador de sensores; enquanto o disparo é atribuição do piloto. Essa diluição sensorial, simplifica a decisão de se eliminar o alvo. A difusão da responsabilidade entre dois indivíduos, junto do rompimento físico e espacial com a ação, confere tanto a descrita facilidade, quanto gera uma “burocratização” do processo em vários comandos iniciados por uma pessoa (operador), que se convertem em destruição real pelo acionamento de um botão de *joystick* por outra pessoa (CHAMAYOU, 2013, p. 169).

O deslocamento da unidade do ato pelos instrumentos, e pela forma de interação a qual o operador e o piloto estão submetidos nessa tecnologia, é tangível na comunicação entre os atores. Nesse processo de desengajamento moral, o compartilhamento da vivência faz os atores reexaminarem as suas ações o tempo todo, dialogarem acerca do alvo, e respectiva execução, comparando as informações. Numa conduta em que os executores julgam serem livres de imoralidades; permitindo os seguir continuamente com a ação (BANDURA, 2010). Assim, os envolvidos conseguem observar semelhanças entre os atos violentos com uma ação cândida e livre de repreensões morais como um jogo eletrônico.

A comparação com um jogo de videogame se legitima não somente na desconexão emocional, ou pela simplificação do rito funesto às etapas respectivas aos operadores, mas pela deliberada demonstração de poder, de agenciamento sobre alvos que não poderiam reagir: uma constatação de indiferença à morte.

3 AS ARP E AS REALIDADES DO EXERCÍCIO DA GUERRA REMOTA

A proposta deste capítulo é descrever o processo de reordenamento sociotécnico dos sistemas de comando e controle. O desenvolvimento de doutrinas, conceitos operacionais, além de novas tecnologias de vigilância e investigação, que poderiam proporcionar maior precisão em situações de abrupto distanciamento em relação ao alvo, reconhecimento do inimigo e do campo de batalha.

No “coração” dessa reengenharia, está a necessidade de vigiar e estudar o comportamento do inimigo para prever seu movimento; convertendo a informação em trunfo no combate ao terrorismo ao acelerar o processo até a eliminação do suspeito. Esse desenvolvimento foi primordial para a criação dos aparatos dos sistemas das ARP, promovidos pelos Estados Unidos da América (EUA) contra os insurgentes desde a administração de George W. Bush, sua estrutura e modo operacional.

Por fim, relatos de situações e declarações de comandantes e ex-pilotos de ARP serão apresentados de forma a exemplificar a desconexão emocional ocasionada por mecanismos de desengajamento moral manifestos nessas entrevistas.

3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS, SUAS APLICAÇÕES E USO

As ARP forjam uma sequência de inovações, de reordenamentos doutrinários e sociotécnicos enquadrados numa classe de armamentos controlados à distância e mediados por interfaces gráficas, como, por exemplo, o míssil *Patriotic* e os sistemas *CROWS*⁵ (*Common*

⁵ Termo militar dos Estados Unidos da América para sistemas de estações de armas remotas para uso em veículos blindados

Remotely Operated Weapon Systems), utilizados largamente na Guerra do Golfo (PERON, A, 2016).

Segundo Rachel Plotnick, na década de 1990 e após os ataques de 11 de setembro, os EUA revivem a temática dos anos 1950: a guerra automatizada, racional e enxuta. Por vezes, reproduzindo os discursos oficiais de “revolução” e guerra cirúrgica. O *Department of Defense* (DoD) em articulação com os *War Colleges* intuíram as guerras irregulares e de baixa intensidade como primazes das inúmeras mudanças doutrinárias que se promoveria nas operações militares. Um reordenamento que os brindasse com maior precisão e eficiência em torno de outras tecnologias da informação e comunicação, por meio de inovadoras modalidades de visualização e informatização, além de veículos autônomos ou semiautônomos, como adventos instrumentais dessa “nova guerra” (PLOTNICK, 2012).

O objetivo em um conflito, a partir deste momento, concentrar-se-ia na obtenção de informações e reconhecimento das posições adversárias, em procedimentos realizados à distância mediante instrumentos conectados em rede (CEBROWSKY, 2000). Isso permitiria ações cirúrgicas e ágeis: a doutrina de *Shock and Awe*⁶ (ALBERTS e HAYES, 2003). Além disso, no contexto de uma guerra global ao terrorismo, tanto a Força Aérea dos EUA (USAF) quanto a Agência Central de Inteligência (CIA), necessitavam de técnicas que obtivessem referências em tempo real acerca do movimento dos inimigos, de forma a mais tarde eliminá-los, preservando a integridade física dos seus combatentes. Assim, passam a investir em uma modernização que vinha sendo desenvolvida pela empresa General Atomics: um veículo aéreo controlado à distância, qualificado para missões de espionagem e obtenção de informações.

Denominados Aeronaves Remotamente Pilotadas, esses veículos são utilizados pelos EUA desde a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), e nos conflitos nos Balcãs, durante

⁶ Doutrina militar baseada no uso de força avassaladora, percepção dominante do campo de batalha, manobras dominantes e mostras espetaculares de força para paralisar a compreensão do adversário e destruir sua vontade de lutar. A doutrina foi escrita por Harlan K. Ullman e James P. Wade em 1996

a década de 1990. Em 2000, houve uma evolução significativa. Isto permitiu que os inventos passassem a ser operados como unidades lançadoras de mísseis. Assim, as primeiras missões nas quais aplicou-se o modelo armado ocorreram em 2001 no Afeganistão. Durante a invasão do Iraque, em 2003, essas máquinas foram utilizadas mais intensamente em missões de vigilância, e ataque. Repetindo tal utilidade no Paquistão e na Somália, em 2004 e 2006, respectivamente. Entretanto, a partir de 2008 e 2009, o número de ataques realizados por esse recurso aumentou significativamente (O'CONNELL, 2010).

Originalmente, essas aeronaves foram desenvolvidas para realizar ações de reconhecimento. Ao se abrir a possibilidade de executarem ataques, houve uma notável expansão nos seus propósitos, dentre eles, o “*target killing*”: que resume o uso de força letal contra um indivíduo específico, com intenção, premeditação e deliberação para matar (WUSCHKA, 2011).

Antes de continuarmos a exploração sobre a operacionalidade das ARP é importante caracterizarmos o instrumento de guerra mais utilizado atualmente, cujas características tornam-no adequado para missões de ISR (Intelligence, Surveillance and Reconnaissance – Inteligência, Vigilância e Reconhecimento) de longa duração, e cuja introdução de dois mísseis Hellfire transforma-o numa arma de precisão.

O MQ-1 Predator, originado no RQ-1 Predator, começou a operar em 1996 nas missões para reconhecimento. Em 2002, sua designação foi alterada para MQ-1 com o incremento da capacidade de ataque ao solo através do míssil Hellfire. O sistema MQ-1B, concebido pela empresa General Atomics para as missões de reconhecimento armado, vigilância aérea e aquisição de alvos, é capaz de transportar 204 kg de carga útil, na envergadura de 16,8 m. Opera a velocidades de cruzeiro na ordem dos 70 nós; podendo alcançar os 112 nós em um teto de serviço de 25.000 pés. O alcance próximo das 675 milhas náuticas leva a uma autonomia superior a 20 horas. A capacidade de transmissão de vídeo em tempo real é

potencializada por sensores Multispectral Targeting System⁷, câmera de TV Eletro-Óptico (EO), iluminador e designador laser que, durante extensos períodos, se comunicam com centros de comando, outras aeronaves, e mesmo com as forças em terreno, por meio de um simples computador portátil (VICENTE, J, 2013).

O sistema consiste, além das aeronaves (com sensores e armamento) em si, uma estação de controle terrestre, uma ligação primária de satélite e pessoal de operações e manutenção. Pode desempenhar missões de apoio a busca e salvamento em combate, ataque de precisão, designação de alvos para outras aeronaves, desenvolvimento de alvos e controle aéreo terminal (VICENTE, J, 2013).

O teatro de operações do Afeganistão manteve seu predomínio como laboratório operacional para a maturação desses sistemas nas constantes demonstrações tecnológicas. Diante dos embates, oferecendo uma cura para a “miopia” e campos visuais reduzidos dos sistemas anteriores, novos sensores surgiram e foram implementados nos modelos de ARP chamados Reaper (uma evolução do Predator) a partir de março de 2011 (WHITLOCK, 2011). Esse sistema dispõe de cinco câmeras EO para vigilância diurna, e quatro sensores IV para detecção noturna; possibilitando a filmagem simultânea a partir de 12 ângulos diferentes, de acordo com as necessidades de um número equivalente de utilizadores.

Além dos EUA, o ARP Predator e o Reaper também já estão sendo utilizados por outros países, como Itália, Reino Unido e Turquia. Esses modelos são congêneres, tanto em termos de configuração, quanto em funcionalidades: o MQ-9, uma evolução do MQ-1, tem algumas capacidades expandidas: armamento mais pesado, maior velocidade, alcance de altitude de voo de até 25.000 pés de altitude, fim das limitações de distância entre a aeronave e sua base de comando, e autonomia média de 24 horas de voo (VICENTE, J, 2013).

⁷ É um sensor eletro-óptico e infravermelho usado em missões de inteligência, vigilância e reconhecimento marítimas e terrestres.

O paradigma da nova arma se estabeleceu desde quando os EUA se apresentam dispostos a “confrontar os regimes que escondem e auxiliam terroristas, e que possam muni-los com armas nucleares, químicas ou biológicas” (THE WHITE HOUSE, 2004). Então, molda-se o pressuposto que as operações militares se tornam rápidas, dinâmicas e capazes de dar conta tanto de inimigos convencionais, quanto de terroristas em locais de alta concentração populacional.

No discurso do presidente Barak Obama em 2013, há a valorização do emprego cirúrgico e efetivo das ARP contraterroristas e militantes, sem afetar a integridade dos civis, sugerindo que esses ataques são de interesse recíproco aos combates e à população civil das áreas em conflito. Ademais, afirmam-se eficazes e morais. A moralidade fica a cargo da alegação da seriedade com que as suas Forças Armadas operam esses instrumentos de guerra, cumprindo “regras de engajamento” que tem evitado a realização de ataques com risco aos não combatentes (OBAMA, 2013).

A CIA e as Forças Armadas dos EUA insistiam em reafirmar a eficiência do artifício no combate ao terrorismo, mesmo em meio às contestações devido ao demasiado número de civis mortos. Em 2009, procurando legitimar o modo de ataques coordenados e realizados à distância por esses instrumentos, além do comprometimento moral dos seus combatentes, McCloskey, comandante da base de Creech (Indian Springs, NV), declara:

“Não há abnegação (...) Aqueles que empregam o sistema estão muito envolvidos em um nível pessoal no combate. Você ouve o AK-47 saindo, a intensidade da voz no rádio pedindo ajuda. Você está olhando para ele, a 18 polegadas de distância dele, tentando tudo que fosse capaz para tirar essa pessoa do problema” (MCCLOSKEY, 2009. Tradução nossa)⁸.

No decorrer desse reordenamento sociotécnico da guerra, os argumentos a seu favor, sempre se originam de instituições como a USAF, CIA, DoD, e da própria Presidência

⁸ There's no detachment (...) Those employing the system are very involved at a personal level in combat. You hear the AK-47 going off, the intensity of the voice on the radio calling for help. You're looking at him, 18 inches away from him, trying everything in your capability to get that person out of trouble.

dos EUA; exaltando os recursos técnicos dos instrumentos, como precisão na seleção dos alvos, “cirurgismo” na sua eliminação e seriedade dos combatentes.

Na próxima seção, aprofundando na estrutura desses sistemas — além de suas partes componentes — nos falta avançar sobre o papel dos seus operadores e pilotos, e suas funções. Quais, para consubstanciar nossas conclusões, abordaremos.

3.2 ESTRUTURA DO SISTEMA

Presente na cadeia de comando à distância, de acordo com Derek Gregory, a estrutura de todo o sistema não compreende apenas estações de controle operados remotamente em terra, mas também, comandantes, controladores de missão e advogados militares reunidos num centro de comando. Mais especificamente, essa cadeia é composta por três componentes (GREGORY, 2011):

a) os Centros de Comando e Processamento de Inteligência, em que se realiza a análise de imagens captadas, combinada com geolocalização, dados telefônicos e outras informações consideradas relevantes;

b) as Estações de Controle operadas remotamente, em terra estadunidense, de onde se manobra a aeronave para captação de imagens e eliminação de alvos em quaisquer regiões do globo; e

c) as Bases de Lançamento, nas quais é realizada a manutenção das ARP e o controle de decolagem e pouso.

No tocante às aeronaves empregadas no Afeganistão, é preciso por volta de 185 indivíduos para manter uma patrulha de combate aéreo com o Predator, ou o Reaper (GREGORY, 2011). As ações de lançamento e pouso da ARP necessitam em torno de 59 pessoas em bases no Afeganistão, 43 baseadas nos EUA (inclusos os pilotos, operadores de

sensor e coordenadores da missão), além de 83 militares ligados à exploração e disseminação de imagens e informações.

As estações de controle são trailers (e, portanto, móveis) organizados na base que centraliza todos os equipamentos para os links via satélite com os centros de comando, e com as aeronaves instaladas no Afeganistão.

Normalmente, a tripulação do Predator ou do Reaper é formada por um piloto e um, ou dois, operadores de sensores. Todos dentro de uma cabine (também chamado de bunker) repleta de monitores e painéis de controle. Também fazem parte dessa tripulação, em permanente e estreita comunicação com os pilotos e operadores, os analistas de imagens que atuam neste mesmo recinto, ou nos Centros de Comando, de onde transmitem as ordens dos superiores. Segundo Rogers e Hill, em um monitor principal são exibidas imagens das câmeras da aeronave em tempo real, as quais, mesmo com alta resolução, não permitem, por exemplo, reconhecimento facial a fim de identificação tácita do outro como inimigo (ROGERS E HILL, 2014).



FIGURA 1- Interior de uma estação terrestre de controle de operação das ARP

Fonte: Extraído de Daily Mail (2013)

A partir desses bunkers, localizados nos EUA, os operadores monitoram e geram dados durante longas horas sobre potenciais suspeitos localizados em várias regiões do planeta, podendo eliminá-los após autorização. Dessarte, os ataques com ARP se organizam de forma a aniquilar alvos específicos, utilizando informações de militares da inteligência, mas principalmente, de dados coletados a partir da seleção das imagens tiradas pelas mesmas.

Em outra linha de atuação, Gregoire Chamayou descreve outra maneira de identificar alvos: através de câmeras de IV, identificando sinais de calor, que formam arquivos de imagens, os quais, conectados com georreferenciamento e dados telefônicos (por rastreamento de “chips”), municiados com as localizações por onde costumam se movimentar, o que carregam, com quem se relacionam e comunicam, ou outras noções relevantes - compõem um arquivo de dados denominado padrões de comportamento que legitima, quando “suspeitos”, o ataque à distância (CHAMAYOU, 2013). Assim, quando um alvo latente é estabelecido, se

inicia uma investigação cujas respostas passam a ser comparadas aos movimentos registrados pelos sinais de calor das câmeras da ARP. Oriundas nesses padrões de comportamento, são geradas ferramentas para avaliar as intenções dos alvos e a respectiva viabilidade de obtenção dos objetivos (MACK, et al, 2002, p. 19). Dessa forma, estatisticamente, possibilitam a antecipação dos propósitos dos indivíduos, para que as ARP realizem o ataque.

As ARP conferem uma maior versatilidade ao emprego original, controlando todas as funções da cadeia numa missão; combinando imagens, executando interseções de comunicações que são transmitidas diretamente a forças no terreno, a centros de análise, ou a estações de controle. Permitem, assim, uma resposta rápida e com surpresa, diminuindo então o ciclo de decisão, que passou de dias para horas e minutos.

Esse conceito operacional foi resumido pelo General Tommy Franks, comandante central no Afeganistão, declarando que “o Predator é o sensor mais eficiente para caçar e matar as lideranças do Taliban e Al-Qaeda” (CALLAM, 2010). O emprego simultâneo das ARP pelos EUA no Afeganistão, Iraque, Paquistão, Somália e Iémen, somados ao tempo cada vez mais reduzido para a tomada de decisão, implica numa necessidade de intensa preparação, e perfeita harmonia desses sistemas sociotécnicos, de forma que a ação, em si, seja correta e moralmente executada.

3.3 A OPERAÇÃO FOCADA NOS OPERADORES E PILOTOS

No decorrer da história, à medida que a distância de combate aumentava também cresciam os riscos de perdas amigas como resultado de erros de identificação (REGAN, 1995). Com o surgimento da guerra aérea remota, principalmente neste século, a tolerância às baixas em combate, amigas ou civis, possui a tendência de reduzir ao passo que os operadores de sensores e os pilotos se tornam cada vez mais dependentes da tecnologia desses sistemas.

Reconhecendo a relevância da questão, e como demonstração de uma firme atuação, a USAF procura garantir que os operadores de ARP comportem-se da mesma maneira que os pilotos de aeronaves tripuladas. Usando, por exemplo, o mesmo fardamento, até ao briefing de missão, tenta-se replicar o “hábito” do combatente (BUSHEY, 2011).

Ilustrando o debatido acerca do ponto da tomada de decisão, citamos o ocorrido no Afeganistão em 2010, quando um helicóptero norte-americano disparou mísseis Hellfire contra veículos afegãos. O relatório daquela investigação concluiu que procedimentos dos operadores da ARP, geridos a partir da estação de controle em solo estadunidense, foram incorretos e não compatíveis com o profissionalismo exigido pela USAF/CIA, e contribuíram para morte de 23 afegãos (incluindo uma mulher e três crianças), deixando outros 12 feridos. Mesmo com auxílio da tecnologia e imagens em alta definição, os operadores, precipitados em suas análises, passaram às forças amigas informações equivocadas de que os veículos apenas transportavam homens armados (BRULLIARD, 2010). Em abril de 2011, dois militares norte-americanos foram mortos por um míssil disparado de um Predator, resultado de avaliações equivocadas e de uma falta de consciência situacional comum (ZUCCHINO; CLOUD, 2011).

A desconexão emocional, seja por desumanização, seja por demonização do inimigo, ou pela difusão de responsabilidade é passível de conduzir indivíduos a tomar decisões precipitadas, ou exageradas, na hora de atacar ao quebrar a unidade do ato. O vocabulário empregue nas operações é um dos indicadores que confirmam a desumanização praticada na guerra aérea remota. Tendo como exemplo, os mísseis lançados contra os insurgentes no Paquistão, chamado “Bugsplat” (inseto esmagado), destaca o citado processo psicológico, tornando a morte dos alvos mais aceitável. O próprio nome Predator sugere um desprendimento da humanidade do inimigo, transmutando-o em presa sendo caçada no combate. O sistema Reaper representa o ceifador de inimigos, e o míssil Hellfire, o fogo do inferno, invoca o espírito

de sofrimento na vida após a morte. Todos coadjuvantes no teatro da despersonalização (quer por descaracterização, ou por caracterização tendenciosa) do inimigo (ROBINSON, 2011).

Para o que preconizam as premissas de difusão das responsabilidades, a ação do operador (em identificar, marcar o alvo e direcionar os mísseis) e, em seguida, destacada física e estruturalmente a do piloto (disparar, efetivamente), rompem a unidade experiencial do ato, o que propicia o desengajamento moral, como reproduz o comandante William Tart em sua entrevista para Wood (2013):

Concentrando-se na colocação exata da arma, o operador do sensor mantém o local do laser onde ele precisa estar. Então o piloto que é o “mecanismo de disparo”, diz “Três, dois, um, Dispare!” Em seguida vem a arma. “Ok, sensor, isso parece bom, mantenha a mira bem no local, um pouco para a esquerda, boa”, e todo o caminho para espirrar ou impactar. Em seguida, o operador do sensor e eu rapidamente avaliamos se foi criado o efeito certo para os aliados no terreno (TART, 2013. Tradução nossa)⁹.

O Major Matt Martin, ex-piloto de ARP, respondendo pelas operações que realizou com estes veículos, afirma que a rapidez com que a ação se desenvolve a longas distâncias, através de monitores, o deixava um tanto confuso. Pois, a realidade, do que havia acontecido, demorava para se materializar em sua mente: Havia um *delay* para que o real efetivo, sucedido, se tornasse real pensado, inteligido (MARTIN, 2010, p. 31). Chamayou, nessa situação, aponta, incisivamente, para a necessidade compulsória de um trabalho mental de reunificação para que o processamento da unidade do ato ocorra (CHAMAYOU, 2013, p. 169).

A difusão de responsabilidade entre os indivíduos do sistema, manifestada sobretudo no rompimento físico e espacial com a ação, evidencia-se tanto na simplificação quanto na própria “burocratização” da ação, pois a responsabilidade difunde-se entre os vários comandos iniciados pelos operadores e analistas de imagem, redundando em um acionamento pelo piloto com um *joystick*. A facilidade da execução dessas ações estanques rompe a unidade

⁹ Concentrating on exact weapon placement, the sensor operator keeps the laser spot where it needs to be. Then the pilot who is the "trigger puller," says "Three, two, one, Rifle!" Off comes the weapon. "Okay, sensor, that looks good, keep the cross-hair right there, a little off to the left, good," and all the way to splash or impact. Then the sensor operator and I rapidly assess if we have created the right effect for the guys on the ground.

experiencial do ato e reduz, torna mais simples, a decisão de se eliminar o alvo. Esse desvio da unidade do ato pelos instrumentos do sistema remoto, e a forma de interação com a tecnologia, da qual o operador e o piloto tornaram-se escravos, evidencia a ruptura. Mesmo todos os integrantes permanecendo em ciência e comunicação acerca do alvo, como explana o ex-operador de sensores da USAF Brandon Bryant:

Fisicamente, não há sacrifício para nós, você pode apertar um botão e você termina a vida de alguém no outro lado do mundo - alguém que supostamente representa uma ameaça para você, e não há repercussão imediata. (...). Isso realmente torna fácil de matar. Tudo o que é preciso para matar alguém é o aperto de três botões próximos da minha mão. Então, o piloto pressiona seu conjunto de botões, eu pressiono meu conjunto de botões, e pronto! Isso realmente facilita o processo, você me perguntou como é fácil, é apenas: “Clique, clique”! (BRYANT, 2015. Tradução nossa)¹⁰.

Nesse mecanismo de desengajamento moral, o rompimento da unidade experiencial impele os operadores reexaminarem as suas ações, comparando-a com uma atitude congênere em que o executor presume ser livre de imoralidades (BANDURA, 2010). Dessa forma, os operadores conseguem observar semelhanças entre os atos danosos e uma ação cândida, como um jogo eletrônico, livre de censuras morais. Conforme declaração de um operador de ARP: “A habilidade de matar é como em um videogame... é muito legal” (SINGER, 2009, p. 395). Em outra declaração de um operador de ARP da CIA: “Você vê pequenos personagens correrem por todos os lados, a explosão acontece e logo a fumaça dissipa, e não há mais do que pedaços de corpos carbonizados (...) Não há carne sobre o monitor, somente coordenadas” (CHAMAYOU, 2013, p. 167). Observa-se, explícito, o processo de desconexão emocional do ato provocada por esses sistemas remotos. Na sua rotina de caça por insurgentes em Bagdá, o operador Martin confessa “A gente se sente como um deus, mandando trovões do céu” (MARTIN, 2010, p. 52). Uma evidência de poder, de agenciamento sobre os alvos.

¹⁰ Physically, there’s no sacrifice for ourselves, you can push a button, and you end someone’s life in the other side of the world – someone that supposedly represents a threat to you, and there’s no immediate repercussion. (...) Yes. It really makes easy to kill. All it is that takes to kill someone is the push of three separate buttons on my hand. So the pilot presses his set of buttons, I press my set of buttons, and that’s it! It really eases the process, you’ve asked me how easy it is, it’s really just : “Click, click”!

No capítulo seguinte, a fim de concluir, analisaremos os pragmatismos e os mecanismos do desengajamento moral descritos, bem como a influência deles sobre os operadores de ARP a partir de todas as informações e declarações aqui trazidas. Se promovem, com efeito, essa desconexão emocional, a ponto de fazê-los agir com indiferença a morte. Se há correlação entre os processos (e sistemas) sociotécnicos e psicológicos. Se a comparação com o jogo de videogame é pertinente e aplicável.

4 O CONSTRUCTO DO DESENGAJAMENTO MORAL COMO DETERMINANTE DE PADRÕES ATITUDINAIS

Recentemente, os ataques de ARP americanos em terrenos conflituosos, ou não, condenaram civis e militares aliados à morte. Contrariando, inclusive, a história dos conflitos, em que a população sentia os efeitos apenas indiretos do conflito: saques, estupros, destruição da infraestrutura urbana e escassez. Esse fenômeno estimula o debate acerca de como essa tecnologia tem interagido com o ato e a experiência de matar. Considerando que as operações ocorrem amplamente permeadas por interfaces gráficas, para a comunicação e tele ação sobre alvos, diversos autores aventuraram-se em compreender os elementos dessa prática: os operadores de ARP são, de fato, afetados de alguma maneira por essa forma de combate? É possível que os operadores de ARP, devido ao deslocamento físico da peleja, e à sua mediação por interfaces gráficas e de controle, estejam submissos a uma experiência alienante do confronto? A estrutura sociotécnica do sistema de comando e controle, em que tecnologia e combatentes estão inseridos, contribui para uma transgressão comportamental por meio do desengajamento moral; alienando os entes dos atos violentos que cometem?

A sofisticação técnica dos aparatos militares tem trazido essa controvérsia moral, dada a percepção, à luz das estatísticas, do que a tecnologia tem promovido nos combatentes submetidos às formas de interação sociotécnica com o ambiente das estações de controle terrestre, bem como a sua disposição geográfica, que favorecem um processo de desengajamento moral nos operadores de ARP; influenciando-lhes a uma alienação em relação aos resultados dos seus atos. Mais ainda, faria compreendê-los enquanto uma atividade rotineira, burocratizada e maçante, como se em um escritório. Esses operadores estariam diante de uma situação atípica: distantes fisicamente do campo de batalha, mas sujeitos a sua telepresença sem os caracteres essenciais respectivos à realidade brutal que são escamoteados. Como se imersos

em um jogo de videogame, essa conjuntura estabelece uma desconexão emocional não só com o campo de batalha, como também com o ato de matar.

O ritmo de desenvolvimento de novas tecnologias, paulatinamente, infla os sistemas informacionais militares, de tal forma que produzirão um excesso de dados, que dificultará o processo de decisão dos humanos. Com efeito, os sistemas autônomos podem, progressivamente, fragilizar o papel do humano no combate direto. Posto que os sistemas de suporte a decisão totalmente automatizados, e associados aos armamentos, podem não apenas induzir os usuários ao erro pelo afastamento físico e suas conexões, como também por impedir qualquer tipo de empatia com os alvos das ações. Causando a percepção de que a automação está no controle, além de diminuir o senso de responsabilidade dos operadores em relação aos atos cometidos, sobremaneira, contribuem para a degradação de habilidades essenciais dos operadores; podendo reduzir sua capacidade de atenção e promovendo uma superdependência tecnológica. Consoante Thomas Adams,

A diferença entre uma máquina que pode fazer todas essas coisas e “auxiliar em decisões de ataque” e uma que faz suas próprias “decisões de ataque” é apenas uma questão de programação. Isso é a descrição de máquinas que podem funcionar autonomamente e conduzir conflitos no nível tático (...). Isso não quer dizer que haverá um processo de exclusão de humanos do processo decisório. Ao invés disso, continuaremos fingindo estarmos em controle completo enquanto lideramos-nos gradual e aprimoradamente em direção de sistemas cujas lógicas demandam que o controle humano se torne mais abstrato e com menos participação (ADAMS, 2001, p. 04).

Observando esses recentes avanços tecnológicos, pode-se inferir que boa parte das tecnologias preservam os operadores dos horrores da guerra, tornam tais descabros palatáveis aos combatentes; promovendo o desengajamento moral deles com a destruição que causam. Como preço da segurança da distância, dissimulam todo o repertório de recursos que adensam a atuação dos militares nesse espaço protegido. Ante o aprofundado, não seria leviano concluir que, em tecnologia baseada em guerra, o desengajamento não é apenas um subproduto, um efeito colateral; mas uma intenção. No entanto, é ambíguo que o desengajamento também carregue consigo um grande peso, um grave perigo. (SHURTLEFF, 2002, p. 02). Ao se

comprovar como binômio obrigatório o fato que a guerra se torna mais segura e fácil, ao remover os soldados do campo de batalha, afastando-os dos seus horrores, os inimigos deixam de ser vistos como humanos e passam a meros sinais em uma tela. Dessa forma, apresenta-se o grande perigo de se perder a capacidade de relativizar as consequências dos seus atos no todo, e menosprezando o receio da repressão adversária reduzir a ressalva em cometer atos violentos; sentimento que impede a evolução do conflito. Assim, avançar apesar da consciência do que aqueles horrores provocam, é o fim de toda deterrência (SHURTLEFF, 2002, p. 03).

Posta a confiança infrene nos sistemas virtuais de processamento e interpretação de dados, relegando a seleção de alvos às máquinas e reduzindo os operadores a coadjuvantes em cenas (processos, momentos, ações de combate) estanques, elimina-se o senso inclusivo de responsabilidade, o que os põem a um passo da equivocada percepção de impunidade. Devido à distância com que o ataque acontece, e, portanto, a impossibilidade de um contra-ataque, reforça a certeza de distanciamento mecânico que suporta o eliminar dos efeitos negativos dos atos cometidos. Apoiados nessa compreensão do conceito da automação, como autoridade legítima, nessa maquinaria atribui-se a agência moral às tecnologias computacionais, reduzindo assim o comedimento de aniquilar o inimigo aos incorrer nesses processos de difusão e de deslocamento de responsabilidades que descrevemos.

Por conseguinte, pudemos nos certificar da existência de um arcabouço teórico, bastante referenciado em estudos comportamentais, que nos permite afirmar a intercorrência do desengajamento moral em combatentes de guerra performada com ARP. Em geral, essa bibliografia atribui os processos de desengajamento aos atos celebrados cotidianamente nas relações de trabalho e de combate, incluindo os instrumentos técnicos que construíram a viabilidade de tele ação à distância. Em todas as obras, que serviram de suporte nesta pesquisa, é possível encontrar citações da agência moral das interfaces de controle, bem como da disposição sociotécnica dessas interfaces. Esse recorrente apontar de convergências

estabeleceu um sólido ponto de partida para contrapor os argumentos de que os operadores de ARP seriam imunes aos aspectos emocionais nesse tão truncado, quanto acelerado, processo de tomada de decisão, ou contariam com total atenção e consciência de todos os aspectos em relação aos atos que cometem.

Portanto, é mister refletir como essa forma de automação – estabelecida pelo modus operandi das ARP, leva à redução do erro e das perdas humanas, ou ao contrário, pode enviesar equivocadamente o processo decisório dos atores, conforme avançamos a seguir.

4.1 FUNDAMENTOS COMPORTAMENTAIS ESSENCIAIS

Validando os princípios motivadores, os meios norteadores e os fins propositores desta incursão, em pesquisas direcionadas à ideia de atribuição de agência moral a sistemas automatizados em cockpits de aeronaves, bem como a incidência de desengajamento moral em pilotos. A partir de dois teóricos, Grossman e Bandura, que derivam dos trabalhos de Stanley Milgram (1983). Também caminharam pela estrada de Reeves & Nass (1996) que afirmaram a tendência humana a antropomorfizar o computador. Antes, Starter & Woods (1994) foram mais além, ao apontar os sistemas automatizados enquanto agente independente, capazes de ações intencionadas. Reiterando o concluído até então, apesar de sistemas automatizados serem fundamentais para auxiliar os pilotos em suas decisões, em diversos momentos eles podem ser responsáveis por induzi-los a erros, pelo fato da agência moral ser transferida para esses sistemas – ou seja, por conta dos pilotos compreenderem esses sistemas enquanto uma autoridade legítima (MOSIER et al, 1998). Assim, fazemos jus aos precursores do tema, relacionando os principais fundamentos comportamentais em que se apoiam nossas conclusões.

É fato: há máquinas que já são autônomas. Inteligência artificial é uma realidade. Mas, ao invés de perseguir essa tendência tecnológica, mantemos o processo decisório humano

num modo frívolo a fim de não conduzir a exclusão da ação do homem do nível tático nos conflitos. Disfarçamos essa nossa vaidade dissimulando essa percepção do controle enquanto caminhos em direção ao inexorável: uma participação cada vez menor e mais abstrata ante a sistemas logicamente mais sofisticados. Não é questão para “se”, mas “quando”, a substituição da máquina que coopera nas decisões de ataque, pela que ataca (ADAMS, 2001, p. 04).

O termo empunhado por Cummings para referir-se ao efeito alienante da automação nesse sistema de interfaces gráficas e interativas com o ambiente de guerra é “tampão moral”. O ato de ver é, antes, algo realizado e orquestrado pela máquina que obstrui o nosso olho nesse processo de automação da visão. Numa perspectiva motora interativa, a ruptura do ato e a interação incompleta com a estrutura sociotécnica levam a um distanciamento perceptivo do ato cometido, em relação ao contexto do conflito. Numa proporção em que os indivíduos que operam esse sistema podem sentir a máquina tão completamente no controle, que renegam sua responsabilidade pessoal por quaisquer erros ou degradação de performance (CUMMINGS, 2006).

Bandura tem buscado compreender qual mecanismo permite que pessoas (que não demonstram nenhuma sociopatia) possam ser levadas a cometer atos que a elas mesmas são considerados repulsivos. Avalia-se, destarte, a forma como as estruturas mentais são diretamente afetadas por essas variáveis externas, e como essas interações chancelam que toda uma sorte de convicções morais seja posta de lado, e que o indivíduo prossiga com atos danosos (BANDURA, 2008).

Grossman sugere que toda forma de mediação ou extensão da visualização humana é capaz de provocar nos combatentes a sensação de distanciamento emocional mecânico sobre as vítimas, facilitando a decisão em matá-las (GROSSMAN, 2009).

O raciocínio moral é ligado à ação moral, de acordo com Bandura, essa teoria explica que, em face a condições específicas, e sob influência de alguns determinantes externos,

é possível que as autossanções morais sejam contornadas; permitindo aos indivíduos um comportamento contrário aos seus padrões morais. Processo definido por Bandura enquanto “desengajamento moral”, uma vez que se caracteriza pela seletividade com que as autossanções morais são ativadas e desengajadas do comportamento pernicioso, em diferentes pontos do processo autorregulatório (BANDURA, 2010).

Os processos de desengajamento moral ocorrem de forma conjunta, desativando diversas sanções morais ao passo que tornam “toleráveis” práticas intragáveis pelos indivíduos. Esses processos podem ser vislumbrados comumente em ambientes militares e de violência política, em que a todo momento são tomadas decisões que implicam em benefícios para uns e custos para outros.

Fechando a primeira década deste Século, Lambèr Royakkers e Rinnie Van Est desenvolvem o argumento em que o excesso de mortes correlacionado às investidas protagonizadas pelas ARP deve-se a um processo de desprendimento moral dos operadores em relação aos seus alvos. Essa seria uma das consequências da digitalização da guerra: a separação entre ação moral e consciência, entre razão e moral. Esse argumento, proposto pelos autores, serve de amálgama às teorias pregressas, apontando que as condições sociotécnicas do sistema favorecem a desumanização do inimigo, pelos operadores de ARP, a partir do desengajamento moral dos combatentes submetidos à moralização da tecnologia, e à aceleração do processo decisório (ROYAKKERS; Est, 2010).

O temor de Adams de que, gradualmente, os combatentes perderiam a sua autonomia decisória para os instrumentos informacionais parecia, à época, surreal, e pouco provável. No entanto, o panorama atual revela que não apenas Adams estava correto em dizer que máquinas autônomas reduziriam a sensibilidade e, potencialmente, induziriam os combatentes a tomar decisões arriscadas, sem que se sentissem culpados disso, alterando a nossa forma de perceber a guerra e decidir (ADAMS, 2011).

4.2 AS INTERAÇÕES SOCIOTÉCNICAS OFERECENDO JUSTIFICATIVA AO DESENGAJAMENTO MORAL

A organização sociotécnica pode evidenciar a incidência de desengajamento moral nos operadores de ARP. O distanciamento mecânico produzido pelas tecnologias gráficas de precisão e a dualidade da vida dos combatentes rompem meios e fins em um contexto de total distanciamento físico; pois, travestido como rotina de trabalho regular, o processo de desengajamento moral incentiva e é incentivado pela percepção da atividade, tanto do ato de matar, quanto dos seus resultados.

Essa investigação deu-se a partir dos relatos oficiais de operadores de sensores e pilotos, além de referendados levantamentos estatísticos publicados. Esse processo de distanciamento emocional, e de frieza em relação ao ato provocado pelos sistemas técnicos, torna-se perceptível em algumas declarações. É citado como mecanismo de facilitação do ato de matar o fato de raramente ser divulgado o nome das pessoas que serão mortas. Brandon Bryant, operador de sensores, ressalta que, apesar de ter matado mais de 13 pessoas — entre ações diretas e indiretas —, nunca soube o nome de nenhuma delas (BRYANT, 2015).

De acordo com Bandura, as pessoas não tomam parte em condutas prejudiciais, a não ser que elas sejam moralmente justificadas. A sua conduta perniciosa passa a ser aceita social e pessoalmente, pois é entendida enquanto portadora de um “valor social”, uma missão, maior que a reprovação por ela provocada originalmente (BANDURA, 2010).

As ARP exageram a distância moral que separa os princípios humanos, que exortam, da realidade da matança feita em nome deles. Portanto, o processo de desengajamento moral é um processo cognitivo que mantém o raciocínio moral ligado a ação moral, ou seja, permite que mesmo em face a situações que ferem os padrões morais do sujeito, este prossiga

com atitudes inumanas. Esse prosseguimento dar-se-ia a partir da seleção específica de mecanismos autorreguladores, e a inibição de outros.

A burocracia letal reduz a guerra à carnificina industrial. Sem sacrifício, sem cavalheirismos, bravura ou discernimento moral: a guerra se reduz a termos meramente técnicos. Em uma espécie de atrito, ou fricção, moral branda. Determinante para destacar como o operador de ARP concebe o seu trabalho, enquanto uma atividade burocrática, cujo peso da decisão em matar alguém é irrelevante para lhe provocar alguma forma de perturbação emocional.

4.3 PERIGOS DO EUFEMISMO NA FORMAÇÃO DOS JUÍZOS EM COMBATE

“O Eufemismo é uma arma prejudicial. As pessoas se comportam de maneira muito mais cruel quando as ações agressivas recebem um rótulo higienizado, do que quando são chamadas de forma hostil” (BANDURA, 2010, p. 104. Tradução nossa).

Uma vez que os padrões de pensamento são condicionados pela linguagem (seja ela escrita, falada ou visual), a linguagem eufemística tem o potencial de transformar uma conduta perniciosa em algo respeitável, reduzindo ainda a responsabilidade pessoal sobre ela.

As imagens apreendidas pelos operadores caracterizam-se como “eufemismos visuais”, que operam como elementos desumanizadores das vítimas em distanciamento mecânico. Essa redução figurativa contribui para que se diminuam as restrições em apertar o gatilho ao eliminar a capacidade dos operadores em distinguir características humanas nos borrões, seus alvos. Assim, observa-se nas transcrições dos relatos o constante emprego de eufemismos para se referirem aos alvos. Principalmente, adjetivações ameaçadoras, como “belo alvo”, ou alvos “fantásticos”, “esse caminhão daria um alvo maravilhoso”. Portanto, coroando essa sorte de variáveis, ainda é possível verificar que, para além da frieza em relação aos seus

atos, os operadores desenvolvem, como resultantes do desengajamento, tons sarcásticos para se referir às pessoas-alvo. Esse sarcasmo, ao aludir, é manifestação de desengajamento moral advindo da rotulação eufemística.

A tecnologia pioneira manipula os dispositivos retóricos que visam reduzir as inibições políticas e sociais do conflito. Nesse sistema, as ARP são descritas como "não tripulados", "robóticos" e "remotos": ideias vanguardistas aplicadas como artifício para amplificar a distância psicológica. Essa linguagem tecnológica dissolve a empatia humana, ainda mais na forma sincopada com que são travados os diálogos nas estações. Essa apropriação indevida do tecnicismo poderia fazer mais do que evitar os enganos. Deveria informar também, com a mesma acurácia, o cálculo moral da guerra.

4.4 A INTERAÇÃO ENTRE A DIFUSÃO DA RESPONSABILIDADE E A RUPTURA DA CONTINUIDADE DO ATO A SERVIÇO DA DESCONEXÃO EMOCIONAL

Quando, no exercício do comportamento transgressor, as pessoas destacam a sua atenção do significado do que estão fazendo, a agência pessoal é obscurecida pela difusão de responsabilidade e o controle moral é também enfraquecido. Se essa difusão é atrelada ao *modus operandi*, e é engendrada nos detalhes específicos da rotina de trabalho, os porquês e para quês (naturalmente, humanos) dão lugar à frieza e indiferença do apertar de botões. Como veremos mais adiante, essa algidez em relação aos atos é a resultante desse processo de desengajamento moral que, apesar de responsável por levar os operadores a assassinares pessoas inocentes, é também, “estratégica”, por permitir que a atividade continue de forma rotineira e ininterrupta.

A metodologia de difusão de responsabilidade contribui definitivamente para o processo de desengajamento moral: os operadores exoneram-se de culpa ao afirmarem a

impossibilidade de identificar os alvos a partir do seu ponto de vista - justificando, portanto, o fato de que acataram ordens, ou informações, de outrem. É possível interpretar uma difusão da culpa através de toda a rede de comando e controle, ao mesmo tempo em que se atribui boa parte da incapacidade à visualização do aparato de quem, efetivamente, dispara. Essas desconexões seriam responsáveis, portanto, por condutas indiferentes em relação à promoção de violência. Por um lado, permitiria a sua rotinização perene. Por outro, inclusive, estimularia comportamentos violentos dos operadores.

Frequentemente, é difícil atribuir responsabilidade moral a alguém, em pessoa. Há uma tendência a negar a responsabilidade de um indivíduo. Portanto, em vez disso, é usual atribuir culpa abstrata ao “sistema”, ao governo ou “ao Estado”.

A tripulação de comando remoto de aeronaves, cujas funções são distribuídas, desde seu planejamento até a sua execução, entre recolher informações sobre o inimigo e performar ataques, são partes integrantes da cadeia, ou processo, cuja extensão e dispersão torna impossível atribuir a eles, única e individualmente, a responsabilidade por ataques que culminaram com a morte de civis. No entanto, eles são executores de um processo que investiga, analisa e julga a partir de imagens, ou sinais, obtidos e construídos exclusivamente por meios técnicos das ARP onde inexitem tropas em terra, principalmente, em se tratando de Afeganistão (nicho nesta investigação explorado). Na condição de executores de um ato de violência, perscrutamos, e concluímos, acerca da intensa mediação do olhar e do ato, a que esses operadores estão submetidos, que ela contribui para o distanciamento emocional e o desengajamento moral em relação aos atos cometidos.

4.5 A DESUMANIZAÇÃO DO OUTRO COMO ARMA DE GUERRA

A força da autocensura depende de como o opressor concebe o oprimido. A desumanização pode decorrer da interpretação perniciosa dos “alvos”, ou através da descaracterização da sua condição de humano. Assim, a constante e intensificada automação na rotina burocratizada de procedimentos tem promovido o anonimato e a impessoalidade, pois é aceito que “estranhos tendem a ser mais facilmente despersonalizados do que conhecidos” (BANDURA, 2010).

Essa desconfiguração pode se dar através dos meios técnicos, na visualização por camadas de visão noturna IV, que produzem uma redução figurativa do humano-alvo. A eliminação da cor, a ausência de som e de odores transformam toda a experiência de combate em algo parcial; promovendo o desengajamento pela percepção minimizada, diluída ou desconstruída das consequências dos atos.

A proximidade visual nega a ideia de violência abstrata e impessoal à distância (classicamente dissimulada), em favor de uma forma mais gráfica e personalizada - como pontuará Chamayou. Ainda que os operadores de drones possam ver tudo, desde o cotidiano dos alvos até mesmo o impacto dos mísseis neles, a distância física (associada aos demais mecanismos) materializa, arrazoa a postura de desengajamento. A condição à qual o operador de sensores ou os pilotos de ARP estariam submetidos é portanto, a de um pertencimento parcial ao campo de batalha em que os atos de violência são unilaterais (CHAMAYOU, 2013). A proximidade perceptiva é fragmentada, filtrada por uma interface, reduzida a uma dimensão ótica a qual se permite ver, mas não distinguir exatamente o que se vê. Esse fenômeno de redução figurativa das formas humanas contribui para tornar mais fácil o homicídio, uma vez que, inclusive, pela ausência de uma coloração na tela, a inexistência da “contaminação com o sangue” do adversário. Correspondendo a uma reduzida “contaminação moral” com o ato. De

acordo com um operador de ARP: “Eu vejo mães com crianças, eu vejo pais com crianças, eu vejo pais com mães, eu vejo crianças jogando futebol. (...) eu não sinto nenhuma ligação emocional com o inimigo. Eu tenho um dever, e eu executo o dever” (REPORTER, 2012). Em outro relato, em profundo desengajamento, deparamo-nos: “sou designado para atacá-lo. A seriedade disso é o que eu irei fazê-lo. Irá afetar a sua família. Mas aquele indivíduo é quem trouxe isso para si. Ele tornou-se um combatente no momento em que tomou as armas” (WOOD, 2013). No entanto, embora mecanizada e impessoal, e buscando ser, em alguma instância, justificável, matar com ARP ainda é matar. Mesmo preservando a vida do “combatente do mal”. Portanto, não deve ser imoral, ou postar-se sobre uma dissimulada moral.

5 CONCLUSÃO

Não foram apenas os inimigos, os alvos, que acabaram tornando-se etéreos na “pixelização” da tela. Pelo contrário, é o ato de matar que se torna vago e banal. É a própria morte que, rotinizada, se torna abstrata aos olhos e à percepção dos operadores, originando os impasses éticos decorrentes da burocratização do poder letal do Estado; graças aos processos de desengajamento moral.

Essas operações, embora altamente administradas, são consideradas insuficientemente atentas às ideias morais; que somente se tornarão mais proeminentes, prementes e complexas com o avanço e a proliferação da tecnologia.

As ARP exprimem um poder com alcance formidável, o que requer grande sensibilidade moral. Por seu emprego cada vez mais comum nos conflitos atuais, este estudo analisou o comportamento — em atuação contra as insurgências — dos operadores estadunidenses dos sistemas de comando e controle das ARP. Esta pesquisa balizou-se nas teorias comportamentais relativas ao desengajamento moral, inferindo se (nesses sistemas) suas variáveis intervêm nas tomadas de decisão.

A opção pelos operadores e sistemas americanos, como objeto de estudo, veio da disponibilidade de dados relevantes e mais acessíveis, mesmo que ainda raros, em virtude do número crescente das respectivas operações e, portanto, daqueles militares na atuação pertinente. Em breve, uma provável proliferação desses veículos remotos por outros países, e o próprio passar do tempo, como acumulador de experiências, originarão um banco de dados mais rico para novas investidas.

Ao focarmos na evolução de doutrinas, conceitos e tecnologias de vigilância e investigação, alcançando as gerações de ARP de ataque atuais, destacou-se a estrutura dos sistemas de comando e controle e em situações e declarações de ex-operadores. Assim, o

distanciamento físico, as interações sociotécnicas, a difusão das responsabilidades, a ruptura da unidade do ato, a despersonalização do inimigo, foram observados e dissecados buscando a maiêutica para a indagação primordial: desconectar os operadores do sistema, física e emocionalmente, do campo de batalha, influencia nos seus padrões comportamentais?

O capítulo quatro reuniu e adensou os pontos-chave da pesquisa, consolidando o fio condutor que sustenta o desengajamento moral proposto por Bandura, corroborado ou ilustrado, seguido ou sequente de Grossman, Cummings, Royakkers, e demais referenciados, como a mola propulsora do efeito colateral das mortes não programadas, além das estruturas psicossociais que com ele concorrem.

Em vez de atribuir maior precisão e “humanizar os conflitos”, conseqüentemente protegendo os combatentes de situação de risco, as ARP podem acabar por banalizar a guerra: extremando a alienação daqueles que combatem em relação a sua atividade, assentindo a decisão de eliminar os alvos. Numa instância, acreditamos que a “guerra asséptica” tem, de fato, potencial para imiscuir a tensão moral, física e psicológica pertinente a uma situação de combate cujas características são o cunho “trabalhista”, burocrata e de soluções técnicas.

Atestamos que as formas de conflito atuais atingem o auge do processo de barbarização: quanto mais sofisticados e poderosos esses armamentos, maior a sua capacidade em tornar imperceptíveis os horrores da guerra, e os combatentes frios, insensíveis ao conflito comumente administrado por oficiais e generais. Em geral, o processo de aceleração automatizada da percepção visual, específico pela mediação técnica das estações de controle terrestre das ARP, produz importantes perdas sensoriais acerca dos atos de violência dos operadores, corolário induzem a um desastroso processo de desengajamento moral implantador duma percepção burocrática, fria e indiferente das atividades beligerantes.

As ARP oferecem uma vantagem tática: remover o risco físico. Com efeito, o medo associado ao combate permite diminuir, assim como a pressão sobre seus operadores. Um

ambiente “de combate” mais confortável, com mais recursos e informações, ademais a disponibilidade de múltiplos sensores, contribuiriam, na tese sustentada pelos propagandistas do sistema, para decisões mais sustentadas. Todavia, isso não significa isentas de erros. O bureau planeja, prevê, ordena eventos e mede resultados. A morte torna-se menos intensamente humana e menos patentemente submetida à moral.

A guerra, dita, sem risco, tem como seu instrumento primaz a ARP. Embora a sobrevivência dos seus operadores e pilotos não esteja dependente dos riscos tradicionais da aviação tripulada, não significa que as consequências dos seus erros de julgamento não possam ser igualmente letais. Na bandeja oposta da balança, põem-se em crise os princípios metajurídicos do direito internacional e os princípios do matar em guerra. As mãos sujas não se limpam, meramente, porque o mal causado se conforma à convenção estabelecida burocraticamente. Afinal, é lema moral da guerra (ao menos, a clássica): “não se pode matar se não se estiver disposto a morrer”.

Como programa, as operações protagonizadas pelas ARP são altamente estruturadas (em tal escala, que se tornaram burocratizadas). O desfecho inescapável, nesse contexto, é que as decisões de matar tornam a matança impessoal, uma questão de rotina. Matar está menos intensamente, e menos patentemente, submisso a um julgamento moral, pois os passos e objetivos estruturantes das investidas das ARP não são governados por ideias morais fundamentais. Com seu senso moral anestesiado pelo regime processual do sistema sociotécnico, os indivíduos exercitam a força letal sem compaixão. Os veredictos de vida e morte, isolados da intensidade moral da batalha, acenam potenciais abusos e excessos além do cálculo. As manobras precisam ser filosoficamente transparentes.

A guerra é um constructo humano moral, impellido essencialmente por ideais que as sociedades reconhecem como criticamente fundamentais. Noções que se tornaram invisíveis na narrativa da guerra aérea remota, onde o pragmatismo sacrifica o humano. Em *As Mulheres*

de Tróia (415 a.C.), Eurípedes demonstra o significado e a complexidade do pensamento moral, aponta uma verdade pétreia: a guerra deve avançar na causa de uma paz melhor. Tal fim só pode ser alcançado quando o conflito é conduzido com sensibilidade ética e, sem espanto, compaixão. Não é por idealismo que Eurípedes convoca a argamassa da moral. É porque, ciente, adverte: “a sua vez virá”. As ARP não permanecerão sob o domínio exclusivo dos EUA *ad aeternum*.

A projeção de força precisa ser mais do que lícita. Deve ser reconhecida como eticamente justificável, moralmente defensável, justa e responsável. Todos os códigos, as regras e limites, que se aplicam aos conflitos e aos sistemas militares convencionais, e que pretendem conferir humanidade à beligerância, devem ser aplicados às ARP. Mesmo ela sendo uma arma relativamente precisa, e que limita a necessidade de exposição dos homens em terreno conflituoso, pois, ela não é o instrumento pelo qual a paz será alcançada, nem a democracia avançará sob suas intervenções.

Exercer o poder letal do Estado não pode converter-se em rotina comezinha desprovida de juízo moral; habilitado pela supremacia tecnológica e desconectado da consciência social. Matar com a ARP dispensa esforço, mas não é inócuo. Nem impede o derramamento de sangue. Suas vítimas, executadas por controle remoto, são desumanizadas, demonizadas pelo rótulo político universal do inimigo contemporâneo: “terrorista”.

A contemporização dessas questões, como essência da guerra virtualizada, foram a tônica deste instrumento. Buscando enquadrar a prática hodierna de se matar, com base em um olhar mediado, a partir de uma zona de paz, como atividade rotineira.

Para os “guerreiros de cubículo”, o contexto de tomada de decisão diferencia-se fortemente daquele dos soldados em combate; já que eles operam por detrás de telas de computadores, física, moral e emocionalmente distantes dos campos de batalha. Isso significa que eles estão salvos no sentido físico; eles não podem ser feridos. E, como consequência, esses

soldados de videogame não sentem medo algum (ROYAKKERS; Est, 2010, p. 291). E nem tem motivos (físicos) reais para senti-lo: o que determina seu comportamento no combate.

Processos como “Rotulação Eufemística”, “Difusão de Responsabilidades”, “Quebra da Unidade do Ato” e “Desumanização das Vítimas”, podem sim ser elementos produzidos nessa interação entre os operadores de ARP e as interfaces de controle da aeronave. Mais do que isso, também são inerentes à condição de trabalho a qual esses militares estariam submetidos. Portanto, sua compreensão tornou-se ferramenta complementar a nossa análise sobre essa forma de conflito. Como expusemos e, aqui, concluímos: existem várias formas de se desengajar moralmente um combatente de seus atos de violência: seja por meio de discursos, ou por meio de estruturas tecnológicas, reduzimos essa tropa a meros coadjuvantes. Espectadores de uma violência (sua, própria) sem tragédia aparente.

O que é possível verificar é que o processo de desengajamento moral nos atores desse teatro sociotécnico pode manifestar-se bastante sutilmente, sem descaracterizar por completo a sua percepção dos atos que cometem, “a]penas” os distancia emocionalmente deles. De certa forma, o desengajamento não irá fazê-los matar indiscriminadamente, apesar desse tipo de fenômeno se manifestar, tácito, nas mortes extrajudiciais incidentais aqui citadas. Todavia os permite matar de modo rotineiro, de modo justificado e indiferente, ou até mesmo banal.

Nossa análise permite admitir que as tecnologias e a disposição sociotécnica que instituem as operações com ARP, produzem nos operadores esse desengajamento moral que, antagônico, carrega (em si) problemas para a organização do sistema todo. Nesse tocante, reconhecemos que os lapsos entre humanos e sistemas técnicos, pode induzir os operadores a cometer atos violentos, inclusive contra alvos civis e aliados, quando se estampa o desengajamento moral nos seus tons mais ácidos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. K. 2001. Future Warfare and the Decline of Human Decisionmaking. In: Parameters.2. Pp. 57-71.
- ALBERTS, D. S; HAYES, R. E. 2003. Power to the Edge: Comand... Control... in the Information Age. Washington, D.C.: DoD Command and Control Research Program.
- BANDURA, A. 1991. Social cognitive theory of moral thought and action. In W. M. Kurtines, & J. L. Gewirtz (Ed.), Handbook of moral behavior and development (Vol. 1, pp. 45-103). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- BANDURA, A. 1997. Self-efficacy: The exercise of control. New York: Freeman.
- BANDURA, A. 1999. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. Personality and Social Psychology Review. (Special Issue on Evil and Violence), 3, 193-209.
- BANDURA, A. 2002. Selective Moral Disengagement in the Exercise of Moral Agency. In: Journal of Moral Education, 31-2, 101-119.
- BANDURA, A. 2004. The role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism. In F. M. Moghaddam, & A. J. Marsella (Ed.), Understanding terrorism: Psychological roots, consequences and interventions (pp. 121-250). Washington, DC: American Psychological Association Press.
- BANDURA, A. 2006. Training in terrorism through selective moral disengagement. In J. F. Forest (Ed.), The making of a terrorist: Recruitment, training and root causes (Vol. 2, pp. 34-50). Westport, CT: Praeger.
- BANDURA, A., AZZI, R. G., & POLYDORO, S. A. J. (2008). Teoria social cognitiva: conceitos básicos (176 p.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- BOWDITCH, J.; BUONO, A. 1992. Elementos de comportamento organizacional: tradução José Henrique Lamedorf – São Paulo: Pioneira.
- BRULLIARD, K. 2010. Drone operators blamed in airstrike that killed Afghan civilians in February. The Washington Post, <<http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2010/05/29/AR2010052901390.html>>. Accessed March 8, 2013.
- BUSHEY, D. 2011. The UAV Experience in Theatres. In: International Institute for Strategic Studies, 2011. The Future of Unmanned Air Power, [Em linha]. Disponível em: <<http://www.iiss.org/about-us/offices/washington/iiss-us-events/iiss-us-conference/the-future-of-unmanned-air-power/>>. Consult. 1 fev. 2013.
- CALLAM, A. 2010. Drone Wars: Armed Unmanned Aerial Vehicles. International Affairs Review, Vol. XVIII, no. 3.

- CHAMAYOU, G. 2013. *Théorie du drone*. Paris, La Fabrique. Chapelle, W; McDonald, K. (2012) *Occupational Health Stress*.
- CHAMAYOU, G. 2015. *Teoria dos Drones*. Ed. Cosac Naify. São Paulo, SP.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1989. *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- CUMMINGS, Mary. 2006. *Automation and Accountability in Decision Support System Interface Design*. In: *Journal of Technology Studies*: 32-01, 23-31.
- GREGORY, D. 2011. *Lines of Descent*. Open Democracy, <<http://www.opendemocracy.net/derek-gregory/lines-of-descent>>. Accessed March 8, 2013.
- GREGORY, D. 2011. *From a View to a Kill: Drones and Late Modern War*. In: *Theory, Culture & Society*, 28: 188-215.
- GROSSMAN, D. 1996. *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*. New York: Little Brown.
- GROSSMAN, D, and CHRISTENSEN, L. 2008. *On Combat: The Psychology and Physiology of Deadly Conflict in War and in Peace*. Milstadt: Warrior Science Publications.
- GROSSMAN, D. 2009. *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*. New York: Back Bay Books.
- KEEGAN, John. 2006. *Uma História da Guerra*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACK, G; BEEBE, B; WENZEL G. 2002. *Total Information Awareness Program (TIA), System Description Document (SDD)*. Darpa: Information Awareness Office.
- MARTIN, M. 2010. *Predator: The Remote-Control Air War over Iraq and Afghanistan - A Pilot's Story*. Minneapolis: Zenith Press.
- MILGRAM, S. *Obediência à Autoridade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MOSIER, K. L; SKITKA, L; HEERS, S; BURDICK, M. 1998. *Automation Bias: Decision Making and Performance in High-Tech Cockpit*. In: *The International Journal Of Aviation Psychology*. 8 (1): 47-63.
- OBAMA, B. 2013. *Obama's Speech on Drone Policy*. In: *The New York Times*. <http://www.nytimes.com/2013/05/24/us/politics/transcript-of-obamas-speech-on-dronepolicy.html?_r=3&>. (20/06/2014).
- O'CONNEL, M. E. 2010. *Unlawful Killing with Combat Drones: A case Study of Pakistan 2004-2009*. In: *Notre Dame Legal Studies Paper*. 09-43.
- PERON, A. 2016. *Segurança Preditiva? Big Data e Assassinatos Extrajudiciais com Drones pelos EUA*. IX ENABED – Forças Armadas e Sociedade Civil: Atores e Agendas da Defesa

Nacional no Século XXI. Disponível: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466370286_ARQUIVO_ArtigoAlcidesIXENABED.pdf>. Acesso: 04 abr. 2018.

PERON, A. 2016. American Way Of War: O Reordenamento Sociotécnico dos Conflitos Contemporâneos e o Uso de Drones. Curitiba: UNICAMP. |<https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa>. Acesso: 20 mar. 2018.

PERON, A; DIAS, R. 2017. A Banalização da Violência em conflitos contemporâneos: Uma investigação sobre a incidência de desengajamento moral em operadores de Drones. 1ed. Santiago del Chile: RIL Editores.

PLOTNICK, R. 2012. Predicting push-button warfare: US print media and conflict from a distance, 1945 – 2010. In: Media Culture Society. 34: 655-672.

REEVES B; NASS C. 1996. The Media Equation: How People Treat Computers, Television, and New Media Like Real People and Places: CSLI Lecture Notes S.

REGAN, G. 1995. Blue on Blue: a history of friendly fire. New York: Avon Books.

REPORTER, Daily Mail. 2012. 'There was a good reason for killing those people, but I go through it in my head over and over and over': US drone pilots reveal how they target insurgents in Afghanistan from a base 7,000 miles away in New York. The Daily Mail. Disponível: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2181222/Drone-pilots-say-intimate-viewAfghan-insurgents-firing-7-000-miles-away.html>>. Acesso: 21 jul. 2018.

ROBINSON, J. 2011. 'Bugsplat': The ugly US drone war in Pakistan. Al Jazeera, [Em linha]. Disponível:<<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/11/201111278839153400.html>>. Consult. 1 fev. 2013.

ROGERS, A; HILL, J. 2014. Unmanned: Drone warfare and global security. Londres: Pluto Press.

ROYAKKERS, L, and Van Est, R. 2010. The cubicle warrior: the marionette of digitalized warfare. Ethics and Information Technology, Vol. 12, no. 3: 289–296.

RUPP, M. 2015. Veículos Aéreos não Tripulados. Questões Legais Relativas ao Emprego em Ações de Defesa e de Segurança. Instituto de Estudos Superiores Militares. Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2014/2015. Disponível: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10575>>. Acesso: 05 jun. 2018.

SINGER, P. 2009c. Military Robots and the Laws of War. The New Atlantis, no. 23, Winter, 25-45.

SULLINS, J. 2009. Roboethics and Telerobotic Weapons Systems. IEEE International Conference on Robotics and Automation. Kobe: IEEE.

SHURTLEF, D. K. 2002. The Effects of Technology on our Humanity. In: Parameters 100-112.

THE WHITE HOUSE. 2004. The 2004 State of the Union Address: Complete Transcript of President Bush's Speech to Congress and the Nation. <<http://whitehouse.georgewbush.org/news/2004/012004-SOTU.asp>>. (22/06/2014).

TRSEK, R. 2008. "Hitting below the belt": moral and legal barriers to the pursuit of risk-free conflict. Montgomery: School of Advanced Air and Space Studies.

VICENTE, J. 2013. A Moralidade da Distância e da Guerra sem Risco. Portuguese Journal of Political Science and International Relations, n 11. Disponível: <<http://www.academia.edu/10060169>>. Acesso: 10 maio. 2018.

VICENTE, J. 2013. Da Guerra Remota: A Desumanização do Poder Aéreo, a Interferência e a Interação Humana no Futuro da Guerra. Disponível: <<https://run.unl.pt/handle/10362/10373>>. Acesso: 28 jun. 2018.

WHITLOCK, C, 2011. Gorgon Stare surveillance system gazes over Afghan war zone. The Washington Post, [Em linha]. Disponível: <<http://www.washingtonpost.com/national/gorgon-stare-gazes-over-warzone/2011/04/29/AF2xliGFstory.html>>.

WOOD, D. 2013. Drone Strikes: A Candid, Chilling Conversation with Top U.S. Drone Pilot. The Huffington Post. Disponível: <http://www.huffingtonpost.com/2013/05/15/drone-strikes_n_3280023.html>.

WUSCHKA, S. 2011. The use of Combat Drones in Current Conflicts – A Legal Issue or a Political Problem? Goettingen Journal of International Law, vol. 3, issue 3, p. 891-906.

ZUCCHINO, D et al. 2011. U.S. deaths in drone strike due to miscommunication, report says. Los Angeles Times. Disponível: <<http://www.latimes.com/news/nationworld/world/la-fg-pentagon-drone20111014,0,4026563.story>>.

THE BUREAU INVESTIGATIVE JOURNALISM, 2018. Disponível: <<https://www.thebureauinvestigates.com/projects/drone-war/>>. Acesso: 21 jul. 2018.